

# Collor concede 11 milhões de hectares a 48 mil índios

BRASÍLIA — Depois de subir a rampa do Palácio do Planalto, tendo ao lado o presidente da Funai, Sidney Possuelo, e 21 índios, o presidente Fernando Collor assinou a homologação de 71 demarcações de áreas indígenas, beneficiando mais de 48 mil índios em 13 estados, com total de 11 milhões 97 mil 108 hectares. A idéia é que até o final de 1993, como determina a Constituição, sejam demarcadas 278 áreas, representando 12% do território nacional. O trabalho demandará recursos de US\$ 110 milhões de dólares.

O presidente Collor frustrou a expectativa das comunidades indígenas ao adiar a demarcação da área ianomâmi, com 9,4 milhões de hectares, entre os estados do Amazonas e Roraima. "Há tempo exato para fazer isso, e estamos obedecendo à Constituição", alegou o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho.

Ele informou que em "poucos dias", depois de serem tiradas as últimas dúvidas sobre a área da reserva, a demarcação será anunciada. O presidente da Funai, Sidney Possuelo, acredita na agilidade da definição dessa área. "O presidente Collor está empenhado para que esse prazo seja o mais curto possível", afirmou.

**Exército** — A posição do ministro do Exército, Carlos Tinoco, preocupado com a segurança da fronteira, não sensibiliza Possuelo. "O fato de respeitarmos o lado contrário não significa, de forma nenhuma, que pensamos modificar nosso posicionamento em relação aos 9,4 milhões de hectares. Trata-se de um trabalho técnico", avisou. Para Possuelo, a preocupação do Exército é que ao longo do tempo os ianomâmis possam recorrer a organismos internacionais para obterem a independência territorial.

Na cerimônia do Planalto, a índia Tuira, que há dois anos surpreendeu a sociedade ao ameaçar com um facão o engenheiro da Eletronorte José Antonio Muniz Lopes, num encontro das comunidades indígenas em Altamira, convidou Collor a conhecer a área caiapó. O



Brasília — Aldori Silva

Collor, com Possuelo, pediu compreensão aos índios

presidente aceitou e ficou de marcar a data da visita.

**Tutela** — Durante a solenidade, o presidente Fernando Collor assinou projeto de lei criando o Estatuto do Índio. O trabalho foi enviado ontem ao Congresso, mas já conta com a oposição do presidente da Funai. O estatuto acaba com a figura da tutela e dá à Procuradoria-Geral da República responsabilidade para responder a qualquer questão legal do índio. "O fato do tutor ter trabalhado mal não significa que tenha que extinguir a tutela", reclamou Possuelo. "Quando o tutor for mal, troca-se".

O projeto do Estatuto do Índio foi feito por uma comissão formada por técnicos das secretarias do Meio Ambiente, de Assuntos Extraterritoriais e dos gabinetes Civil e Militar da Presidência da República. Paralelamente, a Funai apresentou um estatuto que previa a manutenção do tutor. "Seria uma tutela mais moderada, que daria mais espaço ao índio", expli-

cou Possuelo. "Se com a tutela fizeram o que fizeram com as comunidades indígenas, imagina sem a tutela, tendo que cair nos trâmites legais do cotidiano, da lei".

Quando terminou de assinar as homologações, o presidente Collor cumprimentou os índios zoró e xavante, de Mato Grosso, caiapó, do Pará, e wassucocal, de Alagoas, que tinham acabado de subir a rampa. Ele parou duas vezes para conversar com a índia Tuira e com o caiapó Alexandre, que reclamou o aumento da demarcação das terras da sua tribo até o Rio Sangradourozinho. "O senhor precisa ir lá para ver", reclamou. "É, mas vocês têm que reconhecer também o nosso trabalho. Senão, fico bravo", devolveu o presidente Collor.

O presidente da Funai elogiou a atuação de Collor na defesa dos direitos dos índios. "O presidente tem dado ênfase muito grande à questão da demarcação das terras indígenas. Ele tem feito um esforço pessoal", disse.

## Burocracia foi causa da demora

Os decretos homologatórios de 71 áreas indígenas anunciados ontem pelo presidente Collor beneficiaram 48.409 índios em todo o país. Algumas das áreas homologadas já haviam sido demarcadas pela Funai há mais de uma década, mas nunca haviam sido homologadas por causa da burocracia interna da Funai. A maior área homologada foi a reserva indígena dos caiapós, em São Félix do Xingu e Ourilândia do Norte, no Sul do Pará, com 3,2 milhões de hectares.

Foram nove áreas no Acre, num total de 768 mil hectares; 19 áreas no Amazonas, com 941 mil hectares; uma área no Amapá, com 470 mil hectares; uma área na Bahia, de 981 hectares; duas áreas no Maranhão, com 150 mil hectares; nove áreas em Mato Grosso, com 2 milhões de hectares; sete áreas em Mato Grosso do Sul, com 19 mil hectares; três áreas no Pará, com 3,6 milhões de hectares; uma área na Paraíba, com 21 mil hectares; cinco áreas no Paraná, com 26 mil hectares; quatro áreas em Roraima, com 671 mil hectares; três áreas em São Paulo, com 3 mil hectares; duas áreas em Santa Catarina, com 16 mil hectares; e uma área no Tocantins, com 15 mil hectares. O presidente Fernando garantiu que as 276 áreas indígenas ainda não homologadas serão regularizadas até 5 de outubro de 1993, conforme reza a Constituição.

## Adiamento é vitória de Tinoco

O ministro do Exército, general Carlos Tinoco, conseguiu seu objetivo: com apoio dos demais ministérios militares Tinoco, convenceu o presidente Fernando Collor a não anunciar, ontem, o início da demarcação dos 9,4 milhões de hectares da área pleiteada pela Fundação Nacional do Índio para os 9.200 índios ianomâmis que vivem nos estados de Roraima e Amazonas.

"Os limites da reserva ianomâmi ainda terão que ser reestudados", lamentou um sertanista da Funai. A decisão do presidente Collor frustrou o sertanista Sidney Possuelo, presidente da Funai, que esperava iniciar ainda em novembro a demarcação da reserva ianomâmi.

A alegação dos ministros militares para adiar a demarcação da

reserva ianomâmi baseou-se na velha questão militar sobre a segurança nacional na área de fronteira. O Exército não quer que os 150 quilômetros da faixa de fronteira sejam incluídos como reserva dos índios ianomâmis.

Sidney Possuelo disse que os militares temem que, no futuro, os índios passem a reivindicar uma nação independente em territórios do Brasil e da Venezuela, endossando uma posição do general Osvaldo Oliva, ex-comandante da Escola Superior de Guerra (ESG). "O ministro Tinoco não ofereceu alternativas", lamentou Possuelo.

Com a retirada de 94 garimpeiros das áreas ianomâmis no fim de semana passado, a Funai e a Polícia Federal consideram "praticamente concluída" a Operação Ianomâmi em Roraima. "Estamos ansiosos para iniciar a demarcação da reserva e certos de que o presidente Fernando Collor premiará o êxito da operação autorizando o início dos trabalhos demarcatórios", disse o sertanista Dinarte Nobre de Madeiro, coordenador da operação.